

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

com a participação de Daniel Menegassi Zotareli

Volume I

11^a EDIÇÃO
revista, atualizada
e ampliada

2024

1ª ed., 2001; 2ª ed., 2002; 3ª ed., 2003; 4ª ed., 2004; 5ª ed., 2005;
6ª ed., 2009; 7ª ed., 2013; 8ª ed., 2016; 9ª ed., 2017;
10ª ed., 2020.



EDITORA
*Jus*PODIVM

MALHEIROS
EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: PC Editorial Ltda. (pceditorial@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

DS83i Dinamarco, Cândido Rangel
Instituições de Direito Processual Civil - VI / Cândido Rangel Dinamarco – 11.ed.,
rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

896 p.

ISBN: 978-85-442-5322-9

1. Direito Processual Civil. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II. Título.

CDD 341.46

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Moys – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

<i>Prefácio da primeira edição</i>	25
------------------------------------------	----

LIVRO I – OS FUNDAMENTOS E AS INSTITUIÇÕES FUNDAMENTAIS

TÍTULO I – o direito processual civil

Capítulo I – as grandes premissas

1. características e tendências do processo civil contemporâneo – o Código de Processo Civil brasileiro e a legislação extravagante ...	35
2. solução imperativa de conflitos.....	42
3. o direito processual civil.....	45
4. direito formal, sem formalismo – as formas processuais como penhor da segurança e liberdade das partes.....	46
5. direito processual e direito material	48
6. dois planos distintos (<i>infra</i> , n. 61)	50
7. o direito processual material	51
8. institutos processuais particularmente influenciados pelo direito material	56
9. ramo do direito público	57
10. o processo como ramo do direito público e a (relativa) indisponibilidade das situações processuais	58
11. denominação.....	61
12. a ciência processual civil.....	62
13. a teoria geral do processo	63
14. direito processual constitucional (<i>infra</i> , n. 109)	66
15. direito processual civil internacional (<i>infra</i> , nn. 200 ss.)	66
16. direito processual civil comparado (<i>infra</i> , nn. 98-108)	68
17. o ramo jurídico, a técnica, a ciência e a arte	69

18. o vocabulário da ciência processual e o necessário emprego da linguagem adequada 71
19. instrumento ético e não puramente técnico..... 75

Capítulo II – a lei processual civil – conceito, objeto e dimensões

20. a norma processual civil e seu objeto..... 78
21. normas processuais e normas procedimentais 81
22. as normas processuais como normas secundárias 84
23. normas processuais civis cogentes ou dispositivas..... 84
24. fontes formais da norma processual civil..... 86
25. a Constituição Federal 87
26. tratados internacionais..... 89
27. a lei processual..... 90
28. leis federais ordinárias..... 93
29. leis complementares federais 95
30. Constituições e leis estaduais 96
31. regimentos internos dos tribunais..... 98
32. as leis da arbitragem e da mediação..... 99
33. a jurisprudência como fonte do direito? uma questão polêmica a ser decidida com fundamento no direito positivo..... 105
34. a jurisprudência como fonte do direito segundo o ordenamento jurídico brasileiro da atualidade 107
35. as súmulas vinculantes 111
36. repercussão geral e julgamento de recursos repetitivos..... 112
37. conhecimento da lei processual..... 113
38. interpretação e integração da lei processual civil 114
39. as dimensões da lei processual civil: normas de superdireito 118
40. dimensão espacial da lei processual civil – territorialidade 119

Capítulo III – o Código de Processo Civil de 2015 e direito intertemporal

41. dimensão temporal da lei processual civil: vigência e eficácia 125
42. início e fim da vigência da lei processual civil 126
43. eficácia da lei processual civil no tempo – regras gerais..... 128
44. a irretroatividade das leis processuais e sua aplicação aos processos pendentes 129
45. regras gerais de direito processual civil intertemporal 131
46. a vigência do Código de Processo Civil de 2015 e a revogação do antigo – a regência dos fatos posteriores pela lei nova – ressalvas 134

47.	preservação da garantia de tutela jurisdicional (remissão ao direito processual material).....	138
48.	irretroatividade da jurisprudência	141

TÍTULO II – o acesso à justiça e a tutela jurisdicional

Capítulo IV – os conflitos e a ordem jurídica justa

49.	tutela jurisdicional a pessoas ou grupos – ao autor ou ao réu – contra o processo civil do autor	144
50.	processo civil de resultados.....	148
51.	sistema de promessas e limitações	150
52.	a universalização da tutela jurisdicional e as ondas renovatórias...	153
53.	acesso à justiça.....	155
54.	os conflitos (crises jurídicas: infra, n. 68).....	157
55.	meios alternativos de acesso à justiça	159
56.	equivalência funcional – o valor social da conciliação, da mediação e da arbitragem.....	164

Capítulo V – os escopos do processo civil e a técnica processual

57.	superação da visão puramente jurídica do processo civil.....	167
58.	o fundamental escopo social: pacificação.....	169
59.	outro escopo social: educação.....	171
60.	escopos políticos.....	172
61.	o escopo jurídico do processo civil – as teorias unitária e dualista do ordenamento jurídico (<i>supra</i> , n. 6)	175
62.	escopos do processo civil e técnica processual.....	180
63.	os processos, provimentos e procedimentos como <i>técnicas</i>	181
64.	equilíbrio entre exigências contrapostas	184
65.	certeza, probabilidade e risco em direito processual civil.....	186

Capítulo VI – espécies de tutelas jurisdicionais e a realidade dos conflitos

66.	as situações da vida, o direito substancial e as técnicas processuais	190
67.	provimentos jurisdicionais	191
68.	as crises jurídicas e as tutelas cognitiva e executiva.....	193
69.	tutela preventiva, reparatória ou sancionatória – tutela inibitória – tutela específica ou inespecífica (ressarcitória).....	198
70.	entre a tutela individual e a coletiva.....	200

71.	meios processuais adequados.....	201
72.	as tutelas provisórias.....	203
73.	tutelas jurisdicionais de urgência	205
74.	tutela da evidência	209
75.	tutelas jurisdicionais diferenciadas – cognição sumária.....	212
76.	escolha da tutela jurisdicional adequada.....	214
77.	espécies de processos	215
78.	disponibilidade e indisponibilidade nas escolhas	218
79.	o acesso à justiça pelos meios alternativos de solução de conflitos – a tutela jurisdicional arbitral.....	219

Capítulo VII – a tutela jurisdicional coletiva e o processo coletivo

80.	visão institucional e origens	221
81.	os processos coletivos na legislação extravagante ao Código de Processo Civil.....	223
82.	as ações civis públicas.....	225
83.	o microsistema da tutela coletiva.....	229
84.	a tutela jurisdicional coletiva e os institutos fundamentais do pro- cesso civil.....	230
85.	o âmbito de atuação das tutelas coletivas – direito de ação e inte- resse de agir (interesse-adequação) – direitos e interesses suprai- ndividuais.....	230
86.	substituição processual, efeitos da sentença e coisa julgada	231
87.	jurisdição e competência	232
88.	as defesas admissíveis	234
89.	características do processo coletivo – o procedimento comum	234
90.	a sentença e seus possíveis efeitos	234

TÍTULO III – o processo civil brasileiro

Capítulo VIII – o modelo processual civil brasileiro

91.	sistema processual e modelo processual.....	237
92.	o direito processual civil e o mito das <i>famílias do direito</i>	238
93.	elementos relevantes para a identificação do modelo processual civil	239
94.	o pensamento jurídico-processual brasileiro.....	240
95.	elementos para a identificação do modelo processual civil brasi- leiro no plano constitucional e no técnico-processual	244

96. o modelo constitucional do processo civil brasileiro (<i>supra</i> , n. 14 – <i>infra</i> , nn. 109 ss.).....	248
97. o modelo infraconstitucional do processo civil brasileiro (técnico-operacional).....	250

Capítulo IX – processo civil comparado

98. modelos processuais e o interesse pela comparação jurídica	255
99. uma relevante peculiaridade do direito processual	256
100. o direito comparado como método científico	258
101. o direito processual civil comparado	259
102. cautelas nas comparações processuais	260
103. diversidade das fontes formais do direito processual	260
104. diferentes regras sobre as fontes substanciais de direito processual	262
105. organização judiciária.....	262
106. a índole do direito processual brasileiro	264
107. diversidade de conceitos.....	265
108. a essência do direito processual civil comparado	268

Capítulo X – os fundamentos constitucionais: princípios e garantias do processo civil

109. processo e Constituição – o direito processual constitucional	270
110. valor sistemático dos princípios – o processo como direito público.....	273
111. tutela constitucional do processo civil – princípios e garantias constitucionais	276
112. princípios gerais e regras técnicas – os <i>princípios formativos do processo</i>	278
113. os princípios constitucionais do processo civil (<i>princípios gerais</i>)	280
114. princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	282
115. direitos subjetivos e interesses legítimos	284
116. a imparcialidade do juiz e as garantias do juiz natural	285
117. o juiz natural	287
118. princípio da igualdade	292
119. a garantia constitucional da igualdade e os privilégios do Estado no processo civil brasileiro.....	296
120. o princípio do contraditório e sua dupla destinação	299
121. contraditório e partes	299
122. o contraditório na execução.....	304

123. contraditório e tutela coletiva.....	305
124. contraditório e juiz.....	306
125. princípio da liberdade das partes.....	311
126. a liberdade, a disponibilidade da tutela jurisdicional e o valor do princípio inquisitivo.....	319
127. princípio da publicidade dos atos processuais.....	320
128. princípio do duplo grau de jurisdição – dupla vertente (<i>infra</i> , n. 2.198).....	323
129. princípio do duplo grau de jurisdição – acesso aos tribunais.....	324
130. princípio do duplo grau de jurisdição – evitar saltos de jurisdição.....	328
131. exigência constitucional de motivação das sentenças e demais decisões judiciárias.....	331
132. a convergência dos princípios e garantias constitucionais do processo civil: devido processo legal.....	333
133. o acesso à justiça como princípio-síntese e objetivo final.....	337
134. interpretação sistemática e evolutiva dos princípios e garantias constitucionais do processo civil.....	337
135. tutela jurisdicional aos princípios e garantias constitucionais do processo civil.....	340

Capítulo XI – passado, presente e futuro do direito processual civil brasileiro: tendências

136. três fases metodológicas na história do processo civil.....	343
137. os grandes mestres de direito processual civil (panorama internacional).....	347
138. a ciência processual civil brasileira na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX.....	358
139. Liebman, a <i>Escola Processual de São Paulo</i> e o moderno processo civil brasileiro – processualistas civis brasileiros do passado e do presente.....	363
140. sucessão histórica das fontes formais do direito processual civil brasileiro.....	374
141. entre o Código de 1939 e o de 1973 – dois Códigos substancialmente análogos.....	377
142. o constitucionalismo e a abertura para a perspectiva metajurídica do processo civil (a sétima fase da história do processo civil brasileiro).....	380
143. influências do processo civil da <i>common law</i> e os reflexos de uma integração latino-americana.....	382

144. o Código de Processo Civil de 2015 e a oitava fase do processo civil brasileiro	387
145. tendências modernas do processo civil brasileiro: prognósticos e aspirações.....	388

TÍTULO IV – os institutos fundamentais

Capítulo XII – institutos fundamentais do direito processual civil (categorias processuais)

146. dos fundamentos aos institutos fundamentais.....	397
147. jurisdição (<i>infra</i> , nn. 155-173)	398
148. processo	399
149. o objeto do processo e a lide	400
150. ação e defesa	401
151. demanda	403
152. a jurisdição como instituto central do sistema	403
153. os meios externos (provas e bens).....	405
154. coisa julgada	406

LIVRO II – JURISDIÇÃO

TÍTULO V – jurisdição e poder

Capítulo XIII – a jurisdição civil

155. conceito – a jurisdição no quadro do poder estatal.....	411
156. inevitabilidade	414
157. definitividade (imunidade)	417
158. atividade secundária ou primária	418
159. dimensões da jurisdição.....	420
160. espécies da jurisdição estatal.....	422
161. jurisdição voluntária	423
162. jurisdição civil ou penal	427
163. jurisdição comum ou especial	428
164. jurisdição inferior ou superior	428
165. jurisdição de direito ou de equidade.....	429
166. unidade da jurisdição estatal e pluralidade dos órgãos que a exercem: competência	431
167. territorialidade das normas sobre a jurisdição e seu exercício	433
168. o Estado-juiz e os juízes no exercício da jurisdição	433

169.	impessoalidade, imparcialidade e indelegabilidade.....	435
170.	poderes e deveres do juiz no exercício da jurisdição.....	438
171.	limitações à jurisdição estatal e ao seu exercício – territorialidade	439
172.	a jurisdição e as súmulas vinculantes.....	440
173.	entre a jurisdição estatal e os meios alternativos de solução de conflitos.....	442

Capítulo XIV – meios alternativos de solução de conflitos

174.	os meios alternativos de solução de conflitos (arbitragem, mediação e conciliação)	443
175.	os meios alternativos de solução de conflitos e o conceito de jurisdição	447
176.	autocomposição e heterocomposição.....	448
177.	a solução dos conflitos pela via da arbitragem	448
178.	a solução dos conflitos pelas técnicas da conciliação ou da mediação	453
179.	a conciliação e a mediação – distinções e convergências.....	455

Capítulo XV – a jurisdição estatal e os demais Estados soberanos: competência internacional e cooperação internacional

180.	a competência internacional no quadro do direito processual internacional.....	458
181.	autolimitação do poder por normas de direito interno – regime de legalidade	459
182.	exclusão por inviabilidade.....	461
183.	exclusões da competência do juiz brasileiro, impostas pela legislação de outros países	463
184.	exclusão por falta de interesse.....	463
185.	exclusão por razões de convivência internacional.....	464
186.	a competência do juiz brasileiro no plano internacional	465
187.	competência internacional concorrente.....	468
188.	domicílio do réu.....	468
189.	domicílio ou residência do credor (ações de alimentos).....	469
190.	domicílio ou residência do credor em caso de devedor com vínculos patrimoniais no Brasil (ações de alimentos)	470
191.	país de cumprimento da obrigação.....	471
192.	atos praticados no Brasil ou fatos aqui ocorridos	471
193.	domicílio ou residência do consumidor	472
194.	competência internacional exclusiva	472

195. imóveis situados no Brasil.....	473
196. confirmação de testamento particular, inventário e partilha (em sucessão hereditária).....	473
196-A. partilha de bens (em divórcio ou dissolução de união estável)....	474
197. prorrogação da competência internacional brasileira	476
198. extinção do processo	479
199. litispêndência estrangeira	480
200. os limites territoriais da competência do juiz brasileiro no plano internacional e a cooperação jurídica internacional.....	483
201. a cooperação jurisdicional e as cartas rogatórias	486
202. o auxílio direto.....	486
203. medidas urgentes concedidas por juiz estrangeiro.....	489
204. competência internacional e direito substancial estrangeiro	489

***TÍTULO VI – órgãos e organismos encarregados
da jurisdição estatal***

***Capítulo XVI – os órgãos da jurisdição e sua independência:
organização judiciária***

205. conceito e enquadramento sistemático – a tutela constitucional da organização judiciária.....	491
206. o Judiciário entre os Poderes do Estado	493
207. linhas mestras da organização judiciária.....	495
208. o conteúdo substancial das normas de organização judiciária	498
209. competência legislativa	498
210. a Justiça e a Magistratura	499
211. autonomia do Poder Judiciário e independência dos juizes	501
212. períodos de trabalho forense	504

***Capítulo XVII – os órgãos da jurisdição estatal:
estrutura judiciária brasileira***

213. número fechado de órgãos jurisdicionais estatais.....	507
214. dimensões da estrutura judiciária brasileira.....	510
215. estrutura judiciária: o modelo brasileiro	511
216. órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	513
217. as Justiças e sua estrutura	514
218. as descentralizações determinadas pela Constituição Federal.....	517
219. juízos singulares na jurisdição civil inferior	518
220. a composição dos tribunais	519

221.	a divisão judiciária brasileira: linhas gerais	520
222.	conceito de foro	523
223.	os foros em segundo grau de jurisdição	524
224.	os foros em primeiro grau de jurisdição.....	525
225.	juízos	527
226.	juízos da mesma espécie ou de espécies diferentes	528
227.	foros regionais, varas distritais e justiças itinerantes.....	530

Capítulo XVIII – o estatuto constitucional da Magistratura e a independência dos juízes

228.	o estatuto constitucional da Magistratura.....	531
229.	as carreiras judiciárias	532
230.	recrutamento de juízes.....	534
231.	o ingresso nas carreiras judiciárias: concurso	535
232.	outros modos de recrutamento	536
233.	o <i>quinto constitucional</i>	537
234.	diferentes níveis ou classes.....	538
235.	promoções alternadas por merecimento e por antiguidade	538
236.	remoções.....	541
237.	garantias dos juízes.....	542
238.	a tríplice garantia, sua legitimidade democrática e sua relatividade	543
239.	vitaliciedade.....	544
240.	inamovibilidade	546
241.	irredutibilidade de subsídios.....	547
242.	impedimentos dos juízes (imparcialidade)	547
243.	deveres e responsabilidades do juiz	551
244.	síntese das garantias, impedimentos e deveres	552
245.	a independência funcional do juiz.....	553
246.	o controle da Justiça e da Magistratura – o Conselho Nacional de Justiça e as Ouvidorias de Justiça	555
247.	Escolas da Magistratura.....	558

TÍTULO VII – a distribuição do exercício da jurisdição estatal: competência

Capítulo XIX – o exercício da jurisdição estatal: competência (teoria geral)

248.	a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015 (em comparação com o anterior).....	559
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

249. competência – conceito e fundamentos – unidade da jurisdição e pluralidade dos órgãos que a exercem	561
250. concretização da jurisdição	564
251. normas sobre a competência	565
252. a determinação da competência: problemas a resolver	568
253. a determinação da competência: critérios – elementos da demanda e do processo (<i>in statu assertionis</i>)	571
254. elementos da demanda	572
255. partes	573
256. causa de pedir	574
257. pedido.....	575
258. o pedido e o processo	576
259. a natureza do processo.....	576
260. peculiaridades do procedimento.....	577
261. a interligação funcional entre processos (<i>infra</i> , n. 265).....	578
262. associação de fatores	580
263. fatores convergentes ou divergentes	581
264. determinação da competência recursal	582
265. competência funcional (<i>supra</i> , n. 261).....	584
266. competência <i>ratione materiae</i> , <i>ratione loci</i> ou <i>ratione personæ</i>	588
267. o esquema de Chiovenda no Código de Processo Civil de 1973 ...	589
268. a distribuição da matéria no Código vigente – cinco critérios básicos	591
269. prorrogação da competência relativa	592
270. prevenção (<i>infra</i> , nn. 389-400).....	593
271. controle da competência (<i>infra</i> , nn. 380-383).....	595
272. controle da competência: conflito de competência	597
273. controle da competência absoluta dos tribunais: reclamação.....	600
274. controle da competência absoluta e da relativa: confrontos (<i>infra</i> , nn. 380-383).....	600
275. deslocamento da competência (direitos humanos)	601
276. o incidente de assunção de competência (<i>infra</i> , n. 2.284).....	602
277. incompetência.....	604
278. foro, fórum, jurisdição, juízo, competência originária, Justiça competente.....	604
Capítulo XX – competência dos Tribunais de superposição	
279. os Tribunais de superposição e sua razão de ser (remissão).....	607

280.	tríplice competência – o Supremo Tribunal Federal, <i>guarda da Constituição</i>	608
281.	as missões político-institucionais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	610
282.	a competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	614
283.	a competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	617
284.	a competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	621

Capítulo XXI – competência da Justiça comum

285.	competência de jurisdição.....	625
286.	Justiça comum e Estado federado.....	626
287.	competência da Justiça Federal.....	627
288.	competência dos juízos federais de primeiro grau.....	627
289.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: a União e suas emanações como partes.....	628
290.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: mandado de segurança contra ato de autoridade federal.....	628
291.	competência civil ratione personæ dos juízos federais de primeiro grau – exclusões e ressalvas.....	629
292.	juízes estaduais de primeiro grau no exercício da competência civil da Justiça Federal.....	632
293.	outros casos de competência civil dos juízos federais de primeiro grau.....	634
294.	competência civil dos Tribunais Regionais Federais.....	638
295.	competência civil residual das Justiças Estaduais e da Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	639
296.	competência dos juízes estaduais de primeiro grau (regras aplicáveis também aos juízes do Distrito Federal).....	640
297.	competência dos juizados especiais cíveis.....	641
298.	competência civil dos tribunais estaduais.....	643
299.	verificação da competência de jurisdição.....	646

Capítulo XXII – competência civil territorial

300.	a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015 (em comparação com o anterior).....	648
301.	conceito de competência territorial.....	650
302.	fatores de ligação entre a causa e o foro.....	651
303.	foro comum e foros especiais.....	653

304. foros concorrentes	655
305. foros subsidiários	657
306. renúncia da lei à determinação do foro competente	657
307. o foro comum no processo civil brasileiro.....	658
308. a dimensão do foro comum (causas abrangidas).....	660
309. domicílio	662
310. domicílio legal das pessoas naturais	663
311. falsos foros especiais: incapaz, ausente, pessoa jurídica, agências ou sucursais e atos de gerência.....	664
312. foros comuns concorrentes	668
313. concurso entre foro comum e foro especial	669
314. foros especiais concorrentes entre si.....	670
315. foros subsidiários do comum	670
316. foros especiais: domicílio do guardião do filho incapaz.....	673
317. foros especiais: último domicílio do casal	675
317-A. foros especiais: vítima de violência doméstica e familiar.....	676
318. foros especiais: domicílio ou residência do alimentando	677
319. causas em que a União for parte como autora ou como ré.....	678
320. cont.: Fazenda Nacional – a dimensão desse conceito	681
321. cont.: entidades federais como partes perante juízos estaduais.....	681
322. os Estados federados e o Distrito Federal.....	682
323. foros especiais: situação do imóvel (<i>forum rei sitæ</i>)	684
324. foro da situação do imóvel: causas conexas	687
325. foro da situação do imóvel: <i>ações possessórias</i>	687
326. foro da situação do imóvel: improrrogabilidade do foro – ressalvas	690
327. foro da situação do imóvel: imóvel em mais de um foro (foros concorrentes)	692
328. foro da situação do imóvel: o problema das <i>execuções hipotecárias</i>	693
329. foros especiais: lugar do cumprimento da obrigação (<i>forum destinatæ solutionis</i>).....	695
330. foros especiais: lugar do ato ou do fato.....	698
331. foro do lugar do fato: demandas reparatórias em geral (<i>forum delicti commissi</i>).....	699
332. foro do lugar do fato ou do domicílio do autor: crimes e acidentes de veículos (concurso de foros especiais).....	702

333. ainda o lugar do ato ou do fato: mandato ou gestão de negócios (<i>forum gestæ administrationis</i>)	705
334. ações coletivas	706
335. juizados especiais cíveis – federais e estaduais	708
336. foros especiais: inventários e partilhas.....	710
337. causas correlatas ao inventário.....	712
338. inventários, partilhas e causas correlatas: normas exclusivamente de competência territorial.....	714
339. foros especiais: o lugar do principal estabelecimento (falências e recuperações judiciais)	715
340. causas deslocadas para a Justiça Federal (Const., art. 109, § 5º) ...	718

Capítulo XXIII – competência de juízo

341. conceito.....	719
342. competência de juízo.....	720
343. fontes legislativas	720
344. competência de juízo em primeiro grau de jurisdição: órgãos da mesma espécie ou de espécies diferentes.....	722
345. critérios de determinação da competência de juízo	723
346. critérios usualmente adotados	724
347. causas conexas.....	726

Capítulo XXIV – competência interna dos tribunais

348. conceito.....	728
349. fontes normativas.....	729
350. competência interna nos tribunais em geral.....	730
351. competência interna no Supremo Tribunal Federal.....	732
352. competência interna no Superior Tribunal de Justiça.....	733
353. competência interna nos Tribunais Regionais Federais e nos Tri- bunais de Justiça	734
354. competências absolutas, salvo causas conexas	739
355. prevenções	740

Capítulo XXV – competência absoluta ou relativa

356. a disciplina da matéria no Código de Processo Civil – visão de conjunto	741
357. competência absoluta e competência relativa – conceitos	742
358. duas fundamentais razões divergentes de política legislativa	743

359. a prorrogação da competência e as normas que a disciplinam (normas modificadoras da competência)	746
360. prorrogabilidade da competência por vontade das partes, uma projeção do princípio constitucional da liberdade	748
361. competência absoluta ou relativa no sistema do Código de Processo Civil.....	749
362. a competência relativa no sistema do Código de Processo Civil ...	751
363. a <i>relatividade da relatividade</i>	752
364. prorrogação da competência relativa: hipóteses	753
365. conexidade entre demandas.....	753
366. prorrogação da competência por conexidade: razões de ordem pública, competência absoluta	754
367. prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência: regra de aplicação geral	758
368. prorrogação da competência por conexidade ou continência: causas e recursos excluídos (remissão).....	758
369. casos particulares de prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência	760
370. a prorrogação da competência dos tribunais	761
371. prorrogação da competência territorial por eleição de foro.....	762
372. eleição de foro: dimensão objetiva de sua admissibilidade e eficácia.....	763
373. eleição de foro: neutralização de sua eficácia por outros fatores mais poderosos de modificação da competência	767
374. eleição de foro: dimensão subjetiva de sua admissibilidade e eficácia	768
375. prorrogação da competência territorial por vontade unilateral do autor (foro do domicílio do réu).....	770
376. prorrogação da competência territorial por falta de oportuna alegação de incompetência (CPC, art. 65).....	773
377. a competência absoluta no sistema do Código de Processo Civil..	776
378. competências constitucionais: absolutas.....	778
379. competências absolutas extralegais.....	780
380. o regime jurídico da competência absoluta.....	781
381. declaração de ofício (CPC, art. 64, § 1º).....	782
382. alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, art. 64, § 1º).....	785
383. o regime jurídico da competência relativa.....	787

384. competência de juízo: absoluta ou relativa?	788
385. competência de juízo <i>ratione materiae</i> ou <i>ratione personae</i> : absolutas	790
386. competência de juízo por valor: relativa	791
387. síntese da disciplina geral da competência absoluta e da relativa ..	793

Capítulo XXVI – prevenção

388. a disciplina da matéria no Código de Processo Civil de 2015	797
389. a prevenção e as normas de concentração da competência	798
390. prevenção originária e prevenção expansiva	800
391. a distribuição por dependência, um braço operacional do instituto da prevenção	801
392. prevenção originária pela distribuição ou registro da demanda	802
393. extinção dos efeitos da prevenção – o exaurimento da competência (CPC, art. 494)	805
394. prevenção de um dos foros concorrentes	808
395. prevenção para causas conexas, no mesmo foro ou em foros diferentes	808
396. prevenção para causas incidentes ao processo	810
397. prevenção e competência funcional	812
398. prevenção abrangendo <i>ações principais</i> e <i>ações acessórias</i>	812
399. prevenção nos tribunais	814
400. prevenção para a fase de cumprimento de sentença	816

Capítulo XXVII – competência dos foros regionais

401. critérios variados para a determinação da competência dos foros regionais – três categorias de causas	817
402. competência de juízo e competência de foro	819
403. competência absoluta ou relativa	820
404. normas estaduais de determinação da competência dos foros regionais e normas federais que regem as modificações da competência	822

TÍTULO VIII – o exercício da jurisdição civil: serviços paralelos

Capítulo XXVIII – atividades paralelas ao exercício da jurisdição

405. a insuficiência da atividade jurisdicional	825
406. serviços complementares e <i>funções essenciais à justiça</i>	826

**Capítulo XXIX – serviços complementares à jurisdição:
os auxiliares da Justiça**

§ 1º – conceitos e disciplina geral

407. os serviços complementares: variedade e diversidade	828
408. os auxiliares da Justiça e seu regime jurídico geral	829
409. dever de imparcialidade, recusa, responsabilidade administrativa e responsabilidade civil	830
410. presunção de veracidade (fé-pública)	832
411. fontes legislativas	833
412. o regime jurídico-processual dos serviços complementares	834
413. os serviços complementares e os sujeitos que os realizam.....	836
414. os funcionários e órgãos do <i>foro extrajudicial</i> não são auxiliares da Justiça.....	840

§ 2º – auxiliares permanentes da Justiça

415. o escrivão ou chefe de secretaria e seus auxiliares, os escre- ventes	841
416. o oficial de justiça	843
417. o porteiro.....	844
418. o distribuidor.....	845
419. o contabilista (ou contador).....	845
420. o partidor.....	846
421. o depositário público	846
422. o administrador-depositário.....	847

§ 3º – auxiliares eventuais da Justiça (de encargo judicial)

423. o perito	848
424. o avaliador e o arbitrador.....	851
425. o inventariante	852
426. o administrador (na falência ou recuperação judicial).....	852

§ 4º – auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)

427. entidades não vinculadas ao Poder Judiciário.....	853
428. a categoria dos auxiliares parajurisdicionais.....	857
429. o conciliador e o mediador	858
430. o juiz leigo	859

Capítulo XXX – funções essenciais à justiça: o Ministério Público

431. Ministério Público – valores democráticos e interesse público.....	861
-------------------------------------------------------------------------	-----

432.	as funções institucionais e os impedimentos fundamentais da Instituição	863
433.	a legitimidade do Ministério Público em normas infraconstitucionais	866
434.	posição institucional	868
435.	garantias e impedimentos – princípios – responsabilidade	869
436.	o controle do Ministério Público – o Conselho Nacional e as Ouvidorias do Ministério Público	873
437.	organização institucional	874

Capítulo XXXI – funções essenciais à justiça: o advogado

438.	o advogado, suas atividades privativas e sua indispensabilidade...	876
439.	o estágio, o estagiário e sua parcial capacidade postulatória.....	878
440.	o advogado e o cliente: o mandato e a procuração	880
441.	direitos e prerrogativas, deveres e responsabilidade – ética profissional.....	883
442.	o advogado-empregado	885
443.	as sociedades de advogados	886
444.	a Ordem dos Advogados do Brasil.....	888

Capítulo XXXII – outras funções essenciais à justiça

445.	funções desempenhadas por advogados	890
446.	Defensorias Públicas	891
447.	a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional.....	893
448.	as Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Distrito Federal	893